

ACÓRDÃO GERAÍ

MINISTÉRIO DA FAZENDA CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS 30 10768.008

SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

10768.008175/2008-11 Processo nº

Recurso nº Voluntário

Acórdão nº 2202-003.677 – 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária

07 de fevereiro de 2017 Sessão de

MULTA ISOLADA - DIRF Matéria

CONTRASTE EDITORA E PROPAGANDA LTDA. Recorrente

FAZENDA NACIONAL Recorrida

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

Ano-calendário: 2002

VOLUNTÁRIO. NÃO **RECURSO** INTEMPESTIVIDADE.

CONHECIMENTO.

Não se pode conhecer de recurso voluntário interpôs fora do prazo legal do art. 33 do Decreto nº 70.235/1972, contados da ciência da decisão recorrida.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, por intempestividade.

(ASSINADO DIGITALMENTE)

Marco Aurélio de Oliveira Barbosa - Presidente.

(ASSINADO DIGITALMENTE)

Dilson Jatahy Fonseca Neto - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Marco Aurélio de Oliveira Barbosa (Presidente), Júnia Roberta Gouveia Sampaio, Dilson Jatahy Fonseca Neto, Rosemary Figueiroa Augusto, Martin da Silva Gesto, Cecília Dutra Pillar, Márcio Henrique Sales Parada

DF CARF MF Fl. 224

Relatório

Trata-se, em breves linhas, de auto de infração lavrado em desfavor do Contribuinte para constituir multa isolada por falta de entrega da Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF). Intimado, a Contribuinte impugnou o lançamento, mas a DRJ manteve integralmente o crédito tributário. Insatisfeita, a Contribuinte interpôs o Recurso Voluntário ora em julgamento.

Feito o breve resumo dos autos, passamos ao relator pormenorizado da lide.

Foi lavrado em 30/10/2008 auto de infração (fl. 5) para constituir multa isolada pela não-entrega da DIRF referente ao ano-calendário de 2002. A Contribuinte, intimada em 18/11/2008, apresentou impugnação em 25/11/2008 (fl. 3).

Levado a julgamento em primeiro grau, a DRJ proferiu o acórdão nº 12-28.262 (fls. 52/57), de 28/01/2010, no qual julgou improcedente a impugnação. A decisão restou assim ementada;

MULTA POR FALTA DE ENTREGA DA DIRF. AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE. NATUREZA DOS RECOLHIMENTOS. AUSÊNCIA DE PROVAS.

Mantém-se a multa por falta de entrega da DIRF se não comprovada a alegação de que todos os recolhimentos de IRRF, efetuados pela agência de publicidade e propaganda, o foram por conta e ordem do anunciante.

A Recorrente foi intimada dessa decisão por AR em 16/06/2011 (fl. 60).

Insatisfeita, a Contribuinte interpôs recurso voluntário em 20/07/2011 (fls. 63/65 e docs. anexos fls. 66/211), pedindo o cancelamento do lançamento ao argumento de que o art. 17 da IN nº 108/2001 atribuiu às empresas anunciantes o dever de apresentar a DIRF, e não às agências de propaganda.

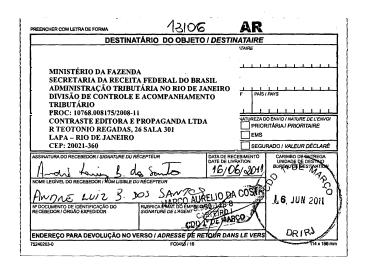
Chegando ao CARF, os autos foram distribuídos à 1ª Seção. Reconhecendo a sua incompetência por meio da Resolução CARF nº 1802-000.106, de 13/09/2012 (fls. 218/220), aquela turma remeteu para esta 2ª Seção, caindo por sorteio em minha relatoria.

Voto

Conselheiro Dilson Jatahy Fonseca Neto

O julgamento de recursos exige uma prévia análise da existência de seus requisitos formais, tais como a assinatura da peça pela Contribuinte ou por pessoa com poderes para representá-la. Impende observar, outrossim, se a peça recursal foi interposta no prazo legal de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 33 do Decreto nº 70.235/1972.

Analisando o caso concreto, percebe-se que a Contribuinte foi intimada por AR no dia 16/06/2011, uma quinta-feira:



Observando o comando do art. 5º do Decreto nº 70.235/1972, o decurso do prazo recursal começou a correr no primeiro dia útil subsequente, qual seja, sexta-feira, 17/06/2011. Contados trinta dias, alcançamos o dia 16/07/2011, um sábado, postergando-se automaticamente o vencimento para o primeiro dia útil subsequente, i.e., dia 18/07/2011, segunda-feira. Interessa anotar, inclusive, que o Recurso Voluntário foi firmado nesta data de 18/07/2011 (fl. 65).

Acontece que o carimbo à primeira folha do recurso voluntário (fl. 63) atesta que o recurso apenas foi protocolado no dia 20/07/2011, quarta-feira, dois dias após a data limite. Inexiste na petição recursal uma linha sequer tratando da sua tempestividade. Outrossim, apesar de ter feito pesquisa, não encontrei nenhum feriado nacional, estadual ou municipal que justificasse a postergação do início ou do término do prazo.

Enfim, não é possível conhecer do Recurso Voluntário interposto a destempo.

Dispositivo:

Diante de tudo quanto exposto, voto por não conhecer do Recurso Voluntário por ter sido apresentado fora do prazo legal previsto no art. 33 do Decreto nº 70.235/1972.

Dilson Jatahy Fonseca Neto - Relator

DF CARF MF Fl. 226